

# A NARRATIVA DE UMA LENDA EM MEIO ÀS *LENDAS E NARRATIVAS*: QUANDO ALEXANDRE HERCULANO REVISITA A MEDIEVAL “DAMA PÉ-DE-CABRA” NO CONTEXTO OITOCENTISTA PORTUGUÊS

THE NARRATIVE OF A LEGEND IN THE MIDST OF *LEGENDS AND NARRATIVES*: WHEN ALEXANDRE HERCULANO REVISITS THE MEDIEVAL “DAMA PÉ-DE-CABRA” IN THE PORTUGUESE 19<sup>TH</sup> CENTURY CONTEXT

Eduardo Soczek Mendes<sup>1</sup>

**RESUMO:** “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”, de Alexandre Herculano (1810-1877), coligida em *Lendas e Narrativas* (1851), embasa-se em um texto do *Livro de Linhagens* da Idade Média. Buscamos compreender como a lenda foi reeditada sob a pena de Herculano e de que forma foi feita a atualização do códice medieval. Também refletimos sobre a inserção dessa ficção em *Lendas e Narrativas* e as motivações da revisitação do autor oitocentista ao passado e aos documentos portugueses. Para tanto, a base de nossa averiguação será a teoria de intertextualidade planeada por Mikhail Bakhtin. Estribaremos a nossa análise, na contextualização da obra em questão e do texto medieval, nas propostas de Ana Márcia Siqueira e Felipe Dezidério; Ana Maria Soares; Carla Carvalho Alves. Para o acesso ao texto da Idade Média, valer-nos-emos da edição crítica e comentada organizada por José Mattoso. Já para o entendimento do Portugal oitocentista, utilizaremos as considerações de Eduardo Lourenço, enquanto que para os esclarecimentos sobre as culturas medieval e popular, fundamentar-nos-emos nas informações apresentadas por Jacques Le Goff e Peter Burke, respectivamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Lendas e Narrativas*; Alexandre Herculano; lendas; códices medievais.

**ABSTRACT:** “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”, by Alexandre Herculano (1810-1877), collected in *Lendas e Narrativas* (1851), is based on a text from the *Livro de Linhagens* of the Middle Age. We seek to understand how the legend was reissued under Herculano’s pen and how the medieval codex was updated. We also reflect on the insertion of this fiction in *Lendas e Narrativas* and the motivations of the 19th century author’s revisiting to

---

<sup>1</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná – Brasil. Doutorando em Letras na Universidade Federal do Paraná – Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0554-5750>. E-mail: [edu.soczek@gmail.com](mailto:edu.soczek@gmail.com).

the past and to Portuguese documents. For that, the basis of our investigation will be the theory of intertextuality outlined by Mikhail Bakhtin. We will starve our analysis, in the context of the work in question and the medieval text, in the proposals of Ana Márcia Siqueira and Felipe Dezidério; Ana Maria Soares; Carla Carvalho Alves. For access to the text of the Middle Ages, we will use the critical and commented edition organized by José Mattoso. For the understanding of 19th century Portugal, we will use the considerations of Eduardo Lourenço, while for clarifications on medieval and popular cultures, we will base ourselves on the information presented by Jacques Le Goff and Peter Burke, respectively.

**KEYWORDS:** *Lendas e Narrativas*; Alexandre Herculano; legends; medieval codices.

## 1 INTRODUÇÃO

*Lendas e Narrativas*, do escritor português Alexandre Herculano (1810-1877), foi publicada em tomos no ano de 1851 e reúne “[...] diversos textos literários publicados entre os anos de 1838 e 1846, nas revistas *O Panorama* e *A Ilustração*” (ALVES, 2014, p. 49)<sup>2</sup>. O próprio autor, em “Advertencia da Primeira Edição”, justifica a publicação de *Lendas e Narrativas* em volumes:

[O autor] quiz apenas preservar do esquecimento, a que por via de regra são condemnados, mais cedo ou mais tarde, os escriptos inseridos nas columnas das publicações periodicas, *as primeiras tentativas do romance historico que se fizeram na lingua portuguesa*. Monumentos dos esforços do auctor para introduzir na litteratura nacional um genero amplamente cultivado nestes nossos tempos em todos os paizes da Europa. [...] ao escrevê-las, o auctor se via de crear a substancia e a fórma; porque para o seu trabalho faltavam absolutamente os modelos domesticos. (HERCULANO, 19--., p. V-VII, grifos nossos).

Herculano refere, primeiramente, que a publicação da obra em volumes se deve ao desejo de preservação desses textos literários, anteriormente veiculados em periódicos, já que eles são *as primeiras tentativas de romance histórico em nosso vernáculo*, ou seja, são os protótipos da ficção histórica que, posteriormente, ganharia outros tantos contornos em língua portuguesa. Como vimos, os escritos reunidos na obra datam do fim da década de 30 e de meados da década de 40 do século XIX, enquanto Almeida Garrett (1799-1854)

<sup>2</sup> Optamos por conservar, em nossas transcrições, a grafia das edições que consultamos.

publicaria, em 1845, a primeira parte do romance histórico *O Arco de Sant'Ana: crónica portuense*. A segunda viria a lume somente em 1850. Daí o pioneirismo de Herculano na incorporação desse gênero em língua portuguesa.

Todavia, em *Lendas e Narrativas*, “[...] à exceção de ‘O pároco da aldeia’ e do texto autobiográfico ‘De Jersey a Grandville’, encontramos [...] a prevalência da ambientação medieval” (ALVES, 2014, p. 49) em textos que ficcionalizam momentos-chave da História da Península Ibérica e de Portugal, amparados em documentações, como, por exemplo, as *Crônicas* de Fernão Lopes (1380?90?-1460), com o intuito de, como propõe Maria de Fátima Marinho (1999, p. 18, grifos da autora), “[...] ensinar, deleitando, na crença profunda de que a melhor maneira de divulgar os feitos da nação pretérita será transformar *em arte*, passagens históricas mais ou menos conhecidas”. Acontece que, em meio às ditas primeiras tentativas de romance histórico em nossa língua, figura o texto “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”, que “[...] tinha sido publicado pela primeira vez em folhetim na revista *O Panorama*, respectivamente nas edições nº. 88, n. 91 e n. 95, entre os meses de setembro e outubro de 1843” (SIQUEIRA; DEZIDÉRIO, 2012, p. 84) e, em tal narrativa, “[...] o fantástico assume uma expressão mais abrangente, caracterizando não apenas como figura central do conto, [...] mas perpassando também o conteúdo narrativo geral” (ALVES, 2014, p. 52). A narrativa de uma lenda em meio às *Lendas e Narrativas* também trata da ancestralidade pátria, num momento em que a produção literária, de uma forma geral, visa refletir sobre a nacionalidade e as crises enfrentadas no Portugal oitocentista<sup>3</sup>. Em suma: ao que nos parece,

---

<sup>3</sup> É importante recordar que “Portugal é, de 1808 a 1820, um País invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do Estrangeiro” (LOURENÇO, 1992, p. 85). Após a fuga da Corte Portuguesa (1807) para o Brasil e o seu retorno (1820), por medo das invasões napoleônicas, a crise perdura, gerando imensos traumas, como a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), sentidos pela geração de Alexandre Herculano que, segundo Eduardo Lourenço (1992, p. 82-83, grifos do autor): “[...] se descobre e inventa romancista pseudo-medievalizante e historiador, não é por amor do *passado enquanto tal*, por mais glorioso, mas como prospectador do *tempo perdido* de Portugal, cuja decifração lhe é vital situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se converteu *a sua pátria*”. Por outro lado, Herculano está inserido em

mesmo se tratando de uma narrativa com contornos sobrenaturais, “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI” não está alheia ou alienada do contexto em que foi produzida e na obra em que foi coligida.

Recordemos, a título de curiosidade, que Herculano não foi o único autor de seu período a buscar as tradições pátrias. Na Escócia e em França, por exemplo, Walter Scott (1771-1832) e Victor Hugo (1802-1882), respectivamente, ficcionalizaram o passado pátrio. Já Almeida Garrett, em Portugal, além de redigir romances históricos e tematizar em poemas e romances assuntos pertinentes ao passado lusitano, também transcreveu e reuniu, em *Romanceiro*<sup>4</sup>, narrativas e xácaras de tradição oral, que coletou em diversas regiões do país e apresentaria, em notas explicativas, como uma narrativa com a mesma base era contada (ou cantada) com diferentes versões em cidades e regiões distintas.

Isso posto, reiteramos que o nosso objetivo neste trabalho é o de regressar às tradições pretéritas da lenda presente na obra de Herculano, estabelecendo uma análise (inter)textual entre a narrativa do autor oitocentista e a escrita medieval da “Dama Pé-de-cabra”, presente textualmente no *Livro de Linhagens*, no qual o autor oitocentista se embasou. Para tanto, “É preciso levar em conta todas essas características da situação de transmissão” (BAKHTIN, 2006, p. 150), refletindo sobre o sentido da lenda na produção do medievo e em sua revisitação no contexto do século XIX. Muito embora os estudos de Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, não sejam centrados na produção literária – já que o teórico propõe algo mais amplo e para além do

---

um período em que “Surgiram coletâneas e mais coletâneas de canções populares nacionais” (BURKE, 2010, p. 27) e de revisitações ao que se denominou como “popular”. A narrativa “A Dama Pé-de-Cabra” parece apontar para o universo dos contos fantásticos, que também faziam parte do cotidiano popular.

<sup>4</sup> O referido *Romanceiro*, de Garrett, teve o seu primeiro volume publicado em 1843 e o segundo tomo em 1851, mas que reúne obras anteriores. Peter Burke (2010), ao citar um punhado de exemplos de coletâneas nacionais que reuniam textos populares, refere que “Em Portugal, Almeida Garrett foi ao mesmo tempo o revitalizador da poesia portuguesa e o redescobridor de baladas populares” (p. 42), também “[...] com a finalidade de estimular a consciência nacional” (p. 36).

discurso escrito ou estético – é possível utilizar os pressupostos do autor para o embasamento de nossa análise que se predispõe a ser (ir)ter)textual.

Iniciaremos, já na próxima secção, um breve apanhado, que não se pretende exaustivo, sobre a relação da lenda contida no *Livro de Linhagens* com a tradição europeia do mito de Melusina. Pretendemos, para tanto, situar o contexto do nobiliário medieval em (inter)texto com outras narrativas que ali parecem ressoar e buscaremos compreender quais as funções da lenda e da obra em sua circunscrição histórico-social do Medievo.

Por fim, passaremos a uma análise mais acurada do texto de Herculano, estabelecendo comparações entre ela e a produção do medieval, a fim de entender como o escritor se apropriou da lenda, como procedeu a reelaboração e quais poderiam ser os seus objetivos ao acrescentar um texto de características fantásticas em meio aos que, em sua maioria, são de cunho ficcional-histórico.

## **2 A RELAÇÃO ENTRE A LENDA DE MELUSINA E O LIVRO DE LINHAGENS**

Mikhail Bakhtin (2006, p. 149) propõe que:

Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polémica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.

Conforme apresenta o teórico, os textos possuem finalidades específicas destinadas a terceiros e nós verificaremos, ainda que brevemente, quais podem ser as finalidades do *Livro de Linhagens* e da inserção de uma lenda nesse nobiliário medieval.

Vejamos, porém, que Herculano, em “Memoria: Sobre a origem provavel dos Livros de Linhagens”<sup>5</sup>, texto proferido em 1853 na Academia de Ciências, declara que “O Livro das Linhagens [...] é uma especie de registo aristocratico, cuja origem se vai perder nas trevas que cercam o berço da monarchia” (HERCULANO, 19-- , p. 246) e elenca quatro possíveis motivos para a existência desses registros nobiliários: o primeiro seria o de evitar problemas com as núpcias contraídas entre os membros de um mesmo ramo familiar, assegurando as alianças em torno dos interesses da nobreza e obstando nulidades matrimoniais, que advinham da existência de laços consanguíneos comprovados. O segundo motivo seria o de garantir os privilégios de uma família sobre um território ou um padroado, o que também fazia render impostos à nobreza. Os outros dois motivos, elencados pelo historiador<sup>6</sup>, são o da lei de avoenga, que privilegiava os aparentados para a compra do que se punha a venda, e os direitos de algumas famílias a determinados direitos, de acordo com os antepassados que possuíam. Embora as explicações de Herculano sejam do século XIX, não diferem tanto da explanação de Ana Maria Soares (2011), quando reflete mais especificamente sobre a lenda da “Dama Pé-de-cabra”, contida no *Livro de Linhagens*:

[...] haveria muito provavelmente uma disputa entre o condado de Castela e o senhorio de Biscaia. Sendo assim, criou-se a necessidade de, através de uma narrativa de carácter lendário, demonstrar que, antes da existência de tal condado, Biscaia já era um grande e poderoso senhorio, de origens ilustres e incontestáveis. (SOARES, 2011, p. 9)

<sup>5</sup> Texto coligido em *Composições várias* (p. 243-272).

<sup>6</sup> Joaquim Barradas de Carvalho (1976, p. 13) afirma que “[...] Alexandre Herculano foi o primeiro historiador português, pois tudo o que se fez antes de Herculano não ia além da *Crónica*, não transcendia no fundo os cronistas medievais ou renascentistas”. Recordemos que é de autoria de Herculano a *História de Portugal* (1843-1853), que gerou grandes polémicas com setores do clero português por ser um relato de cunho científico, que excluía as explicações milagrosas, e a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), que fora uma resposta ao clero. Podemos, portanto, não apenas pelas propostas de Carvalho, mas também pela profícuca produção historiográfica de Herculano, qualificá-lo, sem pudores, como historiador.

Ou seja, o relato legendário visava a garantia do direito a um território. Para tanto, de acordo com o historiador José Mattoso (1983, p. 65), o texto do *Livro de Linhagens* que “[...] inclui algumas narrativas míticas” deve datar de “[...] depois de 1328” e, ainda segundo o autor: “A velha lenda da Dama do Pé de Cabra constitui uma versão de um conto muito conhecido em toda a Europa e que foi igualmente adaptado à origem de várias famílias” (MATOSSO, 1983, p. 66). Podemos recorrer, ainda, à sumarização, apresentada por Jacques Le Goff (2009), para compreender a inscrição da “Dama Pé-de-cabra”, do *Livro de Linhagens* português, nessa longínqua tradição europeia, referida como *lenda Melusiana*, resguardando, obviamente, suas características bastante particulares:

A personagem de Melusina surge na literatura latina, depois vernacular, da Idade Média no século XII e no início do XIII. [...] Em seu livro crítico sobre a corte de Henrique II da Inglaterra, *De nugis curialium*, o clérigo Gautier Map conta a história do jovem senhor Heno dos dentes grandes, que, em uma floresta normanda, encontra uma moça, muito bonita e vestida com roupas reais, em prantos. Ela se abre com ele, relatando que sobreviveu ao naufrágio do navio que a estava levando para a França, com cujo rei ela devia se casar. Heno e a bela desconhecida [...] casam-se, e ela lhe dá uma belíssima primogenitura. Porém, a mãe de Heno percebe que a jovem, que finge ser devota, evita o começo e o fim das missas, o rito da aspersão da água-benta e a comunhão. Intrigada, ela faz um buraco no quarto de sua nora e surpreende-a tomando banho em forma de dragão e depois retomando a sua forma humana. Informado por sua mãe, Heno traz um padre para aspergir sua mulher com água-benta. Ela pula em cima dos telhados e desaparece no ar guinchando intensamente. De Heno e sua mulher-dragão restará uma numerosa descendência [...]. (LE GOFF, 2009, p. 185-186)

Segundo Le Goff, há a presença de algo “diabólico” nas lendas Melusianas: o relato do historiador versa sobre uma mulher com a forma de dragão – animal mitológico tantas vezes associado ao mal, como no Apocalipse (12, 3-9) e na iconografia do mártir-guerreiro São Jorge (séculos III e IV), por exemplo. Mas, no *Livro de Linhagens*, embora a mulher também esteja na mata,

sobre uma penha, a sua forma animal é outra: “[...] havia ùu pee forcado como pee de cabra” (MATTOSO, 1980, p. 139), que também pode ter a associação popular com a figura do mal. Em ambos os casos, entretanto, a figura feminina é desconhecida, se apresenta como de alta nobreza e gera uma prole, que perdura. Portanto, a recorrência dessa lenda, com as suas particularidades, na Europa do medievo é a tentativa da legitimação de um poderio que se advinha não apenas do humano:

Subjaz a estes textos, criados numa época de conflitualidade entre senhorios, a necessidade de afirmar o poder de cada um, através da criação de relatos fundacionais que ascendem a uma temporalidade longínqua em que humano e sobrenatural se fundem, gerando linhagens de carácter excecional e de valor incontestável. (SOARES, 2011, p. 12-13)

Ocorre, então, uma relação (inter)textual entre a lenda da “Dama Pé-de-cabra”, do *Livro de Linhagens*, e o mito melusiano, em que alguns elementos da forma são modificados, mas, a essência da lenda ressoa na narrativa produzida no Portugal medieval. Le Goff (2009), para exemplificar a sua explicação acerca da Melusina, relata o conteúdo de outro texto, também muito próximo à lenda que se lavrou em Portugal:

Em um outro livro notório, os *Ostia imperialia*, do início do século XIII, o clérigo inglês Gervais de Tilbury conta a história de Raymond, senhor do Castelo Rousset, que, à beira de um rio perto de Aix-en-Provence, encontra uma bela dama, magnificamente vestida, que o interpela pelo nome. Ele acaba casando-se com ela sob a condição de não vê-la nua – caso contrário ele perderia toda a prosperidade material que ela lhe tivesse proporcionado. O casal vive feliz, enriquece-se, goza de excelente saúde, tem muitos e belos filhos. No entanto, por curiosidade, Raymond um dia arranca a cortina atrás da qual sua mulher está tomando banho em seu quarto. A bela esposa transforma-se em serpente e desaparece para sempre na água do banho. (LE GOFF, 2009, p. 186-187)

Estamos, obviamente, tendo notícias de outros relatos melusianos sob a ótica de Le Goff. Contudo, podemos traçar uma comparação do trecho

supratranscrito com as informações da narrativa contida no *Livro de Linhagens*. Observemos, primeiramente, como há a menção de que a figura feminina é muito bela e aparece muito bem trajada. No nobiliário português, isso também se repete: “[...] vio-a seer mui fermosa e mui bem vestida” (MATTOSO, 1980, p. 138) e Soares (2011), numa exegese acurada sobre o texto medieval, declara “[...] que o pormenor da indumentária é um dado relevante, uma vez que revela desde logo a ascendência nobre da Dama” (p. 13). Embora Herculano (19--), em sua narrativa, não tenha apontado para o dado da vestimenta da mulher, há, no discurso direto da personagem, a seguinte afirmação: “Sou de tão alta linhagem como tu, [...] senhor de Biscaia” (p. 8), lembrando o que está presente no *Livro de Linhagens*: “E ela lhe disse que era ùa molher de muito alto linhagem” (MATTOSO, 1980, p. 138). Para o nobiliário, “Este dado é extremamente importante, uma vez que a narrativa se constitui como um relato fundacional que procura reiterar a origem aristocrática da família dos Haros” (SOARES, 2011, p. 14) e “É, pois, uma lenda etiológica” (MATTOSO, 1983, p. 65). Já em Herculano, o pormenor reflete muito mais sobre a circunscrição medieval da narrativa, que é revisitada no período oitocentista: a informação corrobora a ambiência pretérita da história que se narra.

Se regressarmos ao que expõe Le Goff (2009), perceberemos que sempre há “[...] a transgressão de uma proibição” (p. 187) no relato melusiano. No nobiliário português, a interdição que a bela desconhecida pede ao senhor de Biscaia é que “[...] se lhe promettesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou” (MATTOSO, 1980, p. 139). O pedido para não se santificar – que Herculano (19--) reelaborou no discurso direto da Dama: “O de que eu quero que te esqueças é o signal da cruz: o que eu quero que me promettas é que nunca mais has-de persignar-te” (p. 10) – já é uma marca da negação cristã e que faz supor as ligações diabólicas. No *Livro de Linhagens*, ocorre, depois de anos de bonança conjugal e da existência de herdeiros, a quebra do interdito imposto pela Dama, do mesmo modo que nos relatos de Le Goff, e também há a

transformação da mulher após a transgressão de D. Diego Lopez, o senhor de Biscaia:

E quando comiam de suum dom Diego Lopez e sa molher, asseentava el a pas de si o filho, e ela asseentava a par de si a filha da outra parte. E ù dia, foi ele a seu monte e matou ù porco mui grande e trouxe-o pera sa casa e pose-o ante si u siia comendo com sa molher e com seus filhos. E lançaram ù osso da mesa, e veerom a pelejar ù alão e ù podenga sobr'ele em tal maneira que a podenga travou ao alão em a garganta e matou-o. E dom Diego Lopez, quando esto vio, teve-o por milagre, e sinou-se e disse: “Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa!”. E sa molher, quando o vio assi sinar, lançou mão na filha e no filho, e dom Diego Lopez travou do filho e nom lho quis leixar filhar. E ela recudio com a filha por ùa freesta do paaço, e foi-se pera as montanhas, em guisa que a nom virom mais, nem a filha. (MATTOSO, 1980, p. 139)

O susto de D. Diego Lopez, perante a briga dos cães de caça, o faz invocar Santa Maria – no nobiliário, a invocação aparece, inclusive, em discurso direto, com podemos observar – e se persignar na presença da Dama de pés forcados. Em suma: ocorre a quebra da promessa feita pelo senhor de Biscaia à mulher que ele “[...] estando ù dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouvio cantar [...] em cima de ùa pena” (MATTOSO, 1980, p. 138). Parece haver uma série de significados se pensarmos nos lugares e situações referidas no *Livro de Linhagens* e também nos animais que nele são descritos. Soares (2011), por exemplo, explica o que pode significar a disputa, referida no nobiliário medieval, entre os cães de caça e que tanto amedronta o senhor de Biscaia: “O episódio da disputa pelo mesmo osso entre o alão, cão utilizado na caça grossa, e a podenga, animal para a caça do coelho, simboliza a luta entre o mundo real e o sobrenatural, entre o mortal e a Fada” (p. 14). Também a penha, lugar em que D. Diego Lopez encontra a mulher, tem um significado importante para o contexto da narrativa, pois “[...] o penedo é uma espécie de santuário onde esta divindade natural, de poderes mágicos, reside” (SOARES, 2011, p. 16) e “[...] o conto não condena radicalmente o pacto com forças ocultas, pois o seu significado é justamente o de explicar o poder excepcional da família”

(MATTOSSO, 1983, p. 66) e legitimar o seu longínquo domínio sobre o território, que se explica de maneira sobrenatural.

Percebamos que, no *Livro de Linhagens*, há ainda a menção a um porco, já que D. Diego Lopez estava em atividade de caça, mas o senhor de Biscaia deixa o animal por se encantar pela Dama do penedo. De acordo com Soares (2011), “O porco é o símbolo que identifica o poder da cavalaria, o que confere desde logo a D. Diego a imagem de um verdadeiro cavaleiro e permite simultaneamente corroborar a ideia da presença de elementos cavaleirescos nestas narrativas fundacionais” (p. 13). Observemos, ainda, que a Dama, após a quebra do interdito, voa por uma fresta do paço, semelhante aos outros relatos melusianos. Para Bakhtin (2006, p.151):

O discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. É impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta. / O erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo.

Isto é: os contextos podem influenciar na reescrita da mesma lenda, mantendo o modelo geral e modificando alguns itens, conforme a intenção que se deseja. Soares (2011) chama a atenção, por exemplo, para o fato de D. Diego Lopez impedir que a Dama levasse o seu filho, pois ele era “[...] a continuidade da linhagem, o seu desaparecimento traria consequências nefastas para o senhor da Biscaia, subitamente desprovido de descendência” (p. 15), mas, para o cumprimento da intenção da lenda no *Livro de Linhagens*, devemos perceber que “A transgressão de D. Diego é, na verdade, uma transgressão necessária” (p. 14), já que sem ela não se revelaria por completo a face sobrenatural da Dama. Já sob a escrita de Herculano, a lenda, nesse modelo geral, é preservada, mas as descrições ganham maiores contornos do que no texto medieval:

E o alão cabeceava, como um abbade velho em seu coro, e a podenga saltava. / O senhor de Biscaia pegou então de um pedaço de osso com sua carne e medúla e, atirando-o ao alão, gritou-lhe: – “Silvano, toma lá tu, que és fragueiro: leve o diabo a podenga, que não sabe senão correr e retouçar.” / O canzarrão abriu os olhos, rosnou, pôs a pata sobre o osso e, abrindo a boca, mostrou os dentes anavlhados. [...] / Mas logo soltou um uivo e caíu, perneando meio-morto: a podenga, de um pulo, lhe saltara á garganta, e o alão agonisava. / “Pelas barbas de D. From, meu bisavô! – exclamou D. Diogo [...] – A perra maldicta matou-me o melhor alão da matilha [...]. / E, virando com o pé o cão moribundo, mirava as largas feridas do nobre animal, que espirava. / “A la fé que nunca tal vi! Virgem bemdicta. Aqui anda cousa de Belzebuth”. – E dizendo e fazendo, *benzia-se e persignava-se*. (HERCULANO, 19-- , p. 13, grifos do autor)

A lenda medieval é muito mais direta no *Livro de Linhagens*, estilo que parece ser muito comum para a época de sua lavra, e, em *Lendas e Narrativas*, ganha mais detalhamentos, além de surgirem mais discursos diretos proferidos pelas personagens. Um deles, o que mais nos chama a atenção, é a fala do senhor de Biscaia mencionando o seu bisavô, D. From. No trecho sobre a Dama, presente no nobiliário, não há referências a D. From, contudo há os relatos anteriores – uma primeira lenda fundacional – que se debruça “[...] sobre a criação do senhorio de Biscaia” (SOARES, 2011, p. 8) por D. From, ilustre bisavô de D. Diego Lopez. Como Herculano reelabora o trecho da lenda da Dama, deixa de fora de sua opção narrativa o mito fundante de Biscaia, porém coloca-o, ainda que brevemente, no discurso da personagem, estabelecendo a relação com a longínqua tradição medieval. Se no *Livro de Linhagens* o principal objetivo do mito fundante é o de “[...] legitimar os seus fundadores e a descendência deles proveniente” (SOARES, 2011, p. 8), inclusive com a presença de um ser sobrenatural, em Herculano, há muito mais a necessidade da circunscrição temporal da narrativa e de referências que se sustentem numa tradição literária longínqua.

É possível notar também como nas lacunas da narrativa do nobiliário, Herculano cria as realidades possíveis de sua narrativa: no *Livro de Linhagens* não há menções ao nome do cão, mas, em “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de*

*um Jogral – Século XI*”, o alão tem o nome de *Silvano*, chamado em vocativo no discurso direto do senhor de Biscaia – o que parece dar um grau de afeição ao cão de caça, elementos sustentados pelo fato de D. Diogo desprezar a podenga e se irritar com a morte de seu melhor animal da matilha, benzendo-se, por crer existir algo de maligno no caso. Vejamos, por fim, como Herculano construiu o que sucedeu após a quebra da promessa do senhor de Biscaia:

“Ui!” – gritou sua mulher, como se houvessem queimado. O barão olhou para ella: viu-a com os olhos brilhantes, as faces negras, a boca torcida e os cabellos eriçados: / E ía-se alevantando, alevantando ao ar, com a pobre D. Sol sobraçada debaixo do braço esquerdo: o direito estendia-o por cima da mesa para seu filho, D. Inigo de Biscaia. / [...] E a mão da dama era preta e luzidia, como o pelo da podenga, e as unhas tinham-se-lhe estendido bem meio palmo e recurvado em garras. / “Jesus, sancto nome de Deus!” – bradou D. Diogo, a quem o terror dissipara as fumaças do vinho. E, travando de seu filho com a esquerda fez no ar com a direita, uma e outra vez o signal da cruz. / E sua mulher deu um grande gemido e largou o braço de Inigo Guerra, [...] e, continuou a subir ao alto, saíu por uma grande fresta, levando a filhinha que muito chorava. (HERCULANO, 19-- , p. 14)

Herculano “carrega nas tintas” das pormenorizações: no *Livro de Linhagens* não há tantos detalhes, por exemplo, sobre as mãos da Dama, transformadas em garras e recobertas de pelagem, como de um animal. Por isso, é possível afirmar que o autor oitocentista não fez mera transcrição do texto medieval, mas o ressignificou no seu contexto do século XIX e a ressignificação, guardadas as proporções da intertextualidade, passa pelos recursos que utilizou na reescrita da lenda melusiana.

Mesmo preservando o resgate do filho varão, como já verificamos os motivos pelos quais ocorrem no *Livro de Linhagens*, a narrativa de Herculano é carregada de maior dramaticidade: o senhor de Biscaia não se persigna apenas uma vez, mas repete as invocações religiosas na esperança do resgate de D. Inigo Guerra – o nome consta como Enheguez Guerra no nobiliário –, o herdeiro do senhorio de Biscaia. Porém, tanto na narrativa medieval quanto na

reelaboração oitocentista, o cognome do herdeiro é preservado e, conforme Soares (2011) aponta, parece haver um significado profundo neste apelido: “[...] guerreiro digno de memória, pelas suas façanhas e pelas sucessivas vitórias ao longo da sua vida, facto igualmente corroborado pelo seu sobrenome: ‘Guerra’” (p. 17). Percebamos também que nas duas narrativas a filha desaparece completamente após ser levada pela mãe, porém, somente na revisitação de Herculano a personagem possui nome: D. Sol. Recordemos que, se a lenda do nobiliário, grosso modo, tem a função da legitimação do domínio territorial, o herdeiro principal seria o filho varão e não a filha mulher de D. Diego Lopez – chamado em *Lendas e Narrativas* de D. Diogo. Embora a narrativa de Herculano tenha uma intenção bastante diferente – e os recursos utilizados na reelaboração são sinais visíveis disso –, e a herdeira também desapareça por completo da sequência que se narra, há outras fórmulas que são acrescentadas e que não estão presentes na lenda do nobiliário medieval. Sobre isso também trataremos na próxima sessão deste trabalho.

### **3 QUANDO A “DAMA PÉ-DE-CABRA” SE TORNA O “RIMANCE DE UM JOGRAL”**

De acordo com Mikhail Bakhtin (2006, p. 151):

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. [...] A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação.

Para Bakhtin, o que se apropria da enunciação de alguém não é alguém privado das próprias subjetividades, intenções ou, mesmo, realidades linguísticas. Portanto, ao reproduzir outro discurso – aqui estamos tratando exatamente de Herculano reelaborando (e ressignificando) o relato do *Livro de Linhagens*, o qual também é fruto de outras revisitações – devemos levar em

conta em que condições contextuais “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI” foi redigida e quais, pelos subterfúgios utilizados pelo escritor, foram as intenções de tal revisitação do nobiliário medieval. Por outro lado, não pretendemos realizar uma análise biografista de Herculano, pois desprezaríamos a materialidade do discurso que chegou até nós: o texto literário.

Começamos, pois, pela estrutura do texto de Herculano. Chama-nos a atenção que já no título “A Dama Pé-de-cabra” apareça um subtítulo que indique a época em que a narrativa está circunscrita (século XI), recurso muito comum também a outros textos de Herculano, e que a história seja apresentada como o “*Rimance de um Jogral*”. Não é ingênuo, a nosso ver, a seleção vocabular específica do arcaísmo “*rimance*”. De acordo com António José Saraiva e Óscar Lopes (1985), o termo “[...] designa também um género de composição transmitida oralmente, em que pela primeira vez a língua falada ganha forma literária, e constitui o ponto de partida do moderno género literário” (p. 18). Isto é: a expressão passa a definir as narrativas orais em *romanços*, que são as línguas, já afastadas do Latim, e de uso corrente na Idade Média. Tanto que Saraiva e Lopes (1985) referem que usariam “[...] a forma *romance* para designar a fase linguística, e *rimance* para o género poético” (p. 18, grifos dos autores).

Ora, a manutenção do arcaísmo no subtítulo da narrativa de Herculano remete, novamente, à circunscrição temporal da história, mas também à oralidade, própria das ditas narrativas. E isso não está apenas no subtítulo do texto: Herculano reelabora a lenda dividindo-a em “Trova primeira”, “Trova segunda” e “Trova terceira”, como se, de fato, fosse a narrativa um *rimance* oral contado (ou cantado) por um jogral. Saraiva e Lopes (1985) afirmam que o jogral tinha um estatuto marginal, mas, mesmo assim, “[...] fraternizavam com fidalgos, clérigos e até reis” (p. 66). E podemos afirmar que também a voz

narrativa é fundamental na economia da obra para sustentar esse plano estético. A narrativa se inicia da seguinte maneira:

Vós os que não credes em bruxas, nem em almas penadas, nem nas tropelias de Satanás, assentae-vos aqui ao lar, bem junctos ao pé de mim, e contar-vos-hei a história de D. Diogo Lopes, senhor de Biscaia. / E não me digam no fim: “Não pode ser.” – Pois eu sei cá inventar coisas destas? Se a conto, é porque a li num livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal. E o auctor do livro velho leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares. / É uma tradição veneranda; e quem descrê das tradições lá irá para onde o pague. (HERCULANO, 19-- , p. 7).

Percebamos que há o convite, como se o narrador se estivesse se pronunciando a uma plateia, para que se sentassem junto ao fogo, a fim de ouvir uma história. Com o uso desse recurso, “[...] o narrador consegue, ao mesmo tempo, captar a atenção do ouvinte e criar uma atmosfera de expectativa, de mistério e de temor face ao que vai ser contado” (SOARES, 2011, p. 20). O narrador, portanto, é construído como se fosse o próprio jogral medieval, que interage com o público e lhes conta, oralmente, uma história. Para tanto, a voz narrativa, como um contador oral de *rimances*, procura gerar expectativas em quem o ouve (no caso real, o lê), tratando de figuras sobrenaturais, como bruxas, almas penadas e Satanás e pretendendo “[...] criar uma atmosfera de veracidade e autoridade a respeito da história contada” (SIQUEIRA; DEZIDÉRIO, 2012, p. 73).

Também como um contador de histórias para um público, “[...] à maneira dos jograis itinerantes” (SIQUEIRA; DEZIDÉRIO, 2012, p. 73), o narrador é elaborado como alguém que joga com a dúvida de seu auditório: afirma que a narrativa é real, que não sabe inventar tais anedotas e, igualmente, transfere a autoria para outro. Como podemos observar, o narrador afirma apenas transmitir o que conta, porque a leu num livro antigo e o autor de tal escrito também a recolheu de algum outro volume ou mesmo do cantar de outro jogral. Se levarmos em consideração as propostas já transcritas de Márcio Muniz, o

narrador, elaborado como um jogral, cumpre com as funções das figuras medievais dos contadores de história e, portanto, Herculano foi muito além do subtítulo e das divisões narrativas para criar uma ambientação medieval ao reelaborar a lenda contida no nobiliário. Burke (2010), ao tratar de um período posterior ao Medievo, também faz considerações a essa técnica, pois: “[...] nenhum apresentador [de narrativas] admitiria ter composto uma nova canção. [...] O público também tem consciência do que o apresentador está seguindo a tradição” (p. 161). Soares (2011), porém, enfatiza que “Apesar de inverosímil, a estratégia de Alexandre Herculano visa sobretudo enraizar esta lenda numa temporalidade remota, a fim de lhe imprimir um cunho de autenticidade” (p. 20). Ora, embora a autora esteja tratando, provavelmente, da inverossimilhança da origem da lenda da Dama Pé-de-cabra, no texto de Herculano, os recursos dos quais o escritor lança mão fundamentam exatamente a verossimilhança, que funciona dentro da lógica interna da narrativa, constituindo-a como um *rimance* oral da Idade Média, contado a um público “Num contexto familiar, restrito e aconchegador” (SOARES, 2011, p. 20) junto à fogueira: contexto próprio das sociedades sem grandes casas de espetáculo, já conhecidas no Portugal oitocentista.

Para tanto, o narrador-jogral, antes de realmente iniciar os relatos acerca do senhor de Biscaia, profere a seguinte chamada de atenção, dirigindo-se ao suposto auditório: “Silencio profundissimo; porque vou principiar” (HERCULANO, 19-- , p. 8). Isso tudo reafirma a ambiência medieval da narrativa, mas também é um importante recurso para recontar a lenda contida no *Livro de Linhagens* em uma história de respeitável tradição oral e popular. Obviamente, o nobiliário medieval não contém a figura de um narrador-jogral, mas observam-se semelhanças entre o início da lenda no *Livro de Linhagens* e o que se conta pelo narrador de “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”: quando lemos que “D. Diogo Lopes era um infatigável monteiro” (HERCULANO, 19-- , p. 8), não há como não recordarmos do início da lenda no

nobiliário: “Este dom Diego Lopez era mui boo monteiro” (MATTOSSO, 1980, p. 138), entretanto, o narrador-jogral segue, acrescentando situações que não estão contidas no *Livro de Linhagens*, bem aos moldes do que já observamos: “[...] neves da serra no inverno, soes dos estevaes no verão, noutes e madrugadas, disse se ria elle” (HERCULANO, 19-- , p. 8). Recordemos, portanto, que ao propor uma releitura da obra o autor não deixa de carregar nos discursos presentes nela também o seu contexto e o seu tempo.

Isso se faz textualmente notório, a nosso ver, no momento do resgate do senhor de Biscaia, cativo dos mouros: “[...] começou a ter medo de morrer, apesar de sua miseria. Bem sabía D. Diogo que a morte é a maior dellas todas; que não era o senhor de Biscaia atheu, philosopho, nem parvo” (HERCULANO, 19-- , p. 45). O trecho é evidentemente anacrônico ao narrador-jogral da Idade Média: pelo contrário, a voz narrativa reflete, muito crítica, sobre um conteúdo recorrente nos escritos de Herculano<sup>7</sup>, versando sobre a penetração das ideias Iluministas em Portugal. A apreciação, tão breve, na voz do narrador pode chegar a passar despercebido pelo leitor, todavia não nos parece que foi ali colocada ingenuamente e nem seria um resvalo do autor que, num lapso, se olvidou de como elaborou a voz narrativa.

Ora, o pequeno trecho supratranscrito pode ser uma das chaves de leitura para “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”, pois, ao mencionar, ainda que sutilmente, as figuras do filósofo, do ateu e do parvo – praticamente igualando-as – joga luz sobre todo o relato acerca de crença ou

---

<sup>7</sup> “O Pároco da Aldeia (1825)”, coligida em *Lendas e Narrativas*, é um dos principais exemplos da produção de Herculano em que aflora a discussão acerca da penetração das ideias Iluministas em Portugal. Em tal obra, grosso modo, o narrador opõe as personagens de um velho prior de aldeia portuguesa, a serviço de seu povo, ao “Filósofo”, totalmente mergulhado no discurso racionalista, mas preservando, hipocritamente, as superstições populares. Podemos, então, estabelecer uma relação entre a narrativa que analisamos neste artigo e a que acabamos de mencionar. No entanto, tal temática emerge também em outras produções, como em suas cartas pessoais e, igualmente, no prólogo de *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* ou em composições como “Do Christianismo”, veiculadas em *O Panorama*, entre 1839 e 1843.

não-crença contido em *Lendas e Narrativas*, além de dialogar com as outras obras do autor português. Recordemos que, desde o princípio da narrativa, há um desafio do narrador-jogral para a sua suposta plateia acerca de crenças em tradições ou em figuras sobrenaturais e ele ainda prossegue, após censurar os que não creem: “Juro-vos que se me negaes esta certissima historia, sois dez vezes mais descridos do que S. Thomé antes de ser grande sancto. E não sei se eu estarei de animo de perdoar-vos como Christo lhe perdoou” (HERCULANO, 19-- , p. 7-8). O apóstolo Tomé é afamado por duvidar da ressurreição de Jesus, de acordo com o texto bíblico (Jo 20,24-29), e a tradição popular criou ditos relacionados ao mais cético dos seguidores de Jesus. A voz narrativa, propositadamente, se embasa nisso, criando dois principais efeitos: primeiro, o de um contador oral de histórias, que afirma a veracidade do que relata e interpela a plateia para que creia no que narra; depois, podemos perceber que, para além do recurso literário, há uma crítica aos que renegam as tradições pátrias ou mesmo semeiam as dúvidas sobre as crenças, tão importantes em Portugal até mesmo na sua construção de nacionalidade.

Outros também são os recursos utilizados na releitura da lenda contida no nobiliário medieval. Para dar um ritmo à narrativa e para que a figura do narrador-jogral não seja esquecida ao longo do enredo, entre os tantos acontecimentos da história, existem manifestações como: “Dirá agora alguém: – Era, por certo, o demonio que entrou em casa de D. Diogo Lopes. O que lá não iria! – Pois sabeis que não ía nada. / Por annos, a dama e o cavalleiro viveram em boa paz e união” (HERCULANO, 19-- , p. 11). Como bem recomendam Siqueira e Dezidério (2012), “As frequentes interrupções do narrador onisciente dirigindo-se aos narratários reproduzem o manejo da língua e os tópicos habituais de narradores populares que falam para seus expectadores” (p. 73), reforçando a ideia de que há um jogral apresentando um *rimance*.

Ao encerrar a história, por exemplo, o narrador-jogral opera como alguém que, novamente, dialoga com um grupo de ouvintes e realiza, por fim,

um apelo relacionado a D. Inigo Guerra: “Como não quero improvisar mentiras, por isso não direi mais nada. / Mas a misericórdia de Deus é grande. Á cautella resem por elle um *Pater* e um *Ave*. Se não lhe aproveitar, seja por mim. Amen.” (HERCULANO, 19-- , p. 53). Ocorre a reafirmação da veracidade do que se relata e, ao fim, o pedido de orações tradicionais, já que D. Inigo não mais frequentou as liturgias católicas após o resgate de seu pai. Solicitar a reza do suposto público ouvinte é algo muito sério: remete a veracidade dos fatos relatados, além de que, o narrador deixa claro que, se a oração não surtir efeito ao filho da Dama, que seja para o que conta a história, o narrador-jogral.

Retornando à ideia de que “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI” pode ser uma crítica ao ceticismo do contexto de sua publicação, outros elementos, próprios da narrativa de Herculano, parecem corroborar a essa afirmação. A lenda contida no *Livro de Linhagens*, por exemplo, após a transformação da Dama, sumariza que “Depois, a cabo de tempo, foi este dom Diego Lopez a fazer mal aos Mouros, e prenderom-no e levarom-no pera Toledo preso” (MATTOSO, 1980, p. 139). Obviamente, guerrear com os árabes, sob o olhar dos cristãos no período dos relatos do nobiliário, poderia ser uma das formas de se redimir espiritualmente, porém, isso poderia não estar tão claro para os leitores oitocentistas, temporalmente muito afastados da Idade Média. Por isso, a narrativa de Herculano é pedagógica: o narrador-jogral cede a voz narrativa à personagem de D. Inigo e ele conta ao pajem, Brearte (outra figura que não está na lenda medieval), os motivos dos combates contra os muçulmanos:

E o cavalleiro começou o seu narrar: / “[...] Havia muitos annos que meu senhor pae se não confessava [...] / Certo domingo pela manhan, nasceu alegre o dia, como se fora de paschoa [...]. / Os sinos do mosteiro, lá em baixo no valle, tangiam tão lindamente que era um céu aberto. [...] / ‘Irei ter com o abbade – disse elle lá comsigo – quero confessar-me. [...]’ / O abbade era um velhinho, sancto, sancto, que não o havia mais. / Foi a elle que se confessou meu pae. Depois de dizer *mea culpa*, contou-lhe ponto por ponto a historia do seu

noivado. / 'Ui! filho – bradou o frade – fizeste maridança com uma alma penada! [...] / Sei a historia dessa mulher das serras. Está escripta ha mais de cem annos na ultima folha de um sanctoral godo do nosso mosteiro.' [...]" (HERCULANO, 19--., p. 18-19).

O narrador-jogral introduz a fala de D. Inigo e, a partir da expressão do narrador e do uso dos sinais de pontuação – os dois pontos e as aspas – ocorre a cessão da voz narrativa à personagem do filho do senhor de Biscaia. E, no trecho supratranscrito, há alguns pontos muito relevantes para observarmos a reelaboração da lenda medieval sob a pena de Herculano: primeiramente, o significado do domingo ensolarado, comparado ao Domingo de Páscoa. Ora, é no primeiro dia da semana que acontece, de acordo com a tradição (Jo 20,1-10), a ressurreição de Jesus. Nesse primeiro dia, segundo D. Inigo, D. Diogo busca a confissão – ou seja, a reconciliação e a penitência. Não é ingênua a descrição deste primeiro dia: “[...] anunciando o tempo de renovação e recomeço na vida do senhor de Biscaia” (SIQUEIRA; DEZIDÉRIO, 2012, p. 74), como a Páscoa é a festa da passagem – para os judeus, da terra da escravidão para a liberdade (Ex 12), ressignificada pelos cristãos como passagem da morte para a vida. Para a realização da confissão, D. Diogo profere a fórmula do reconhecimento pela culpa. Soares, entretanto, afirma que:

[...] ao longo da história, através da voz do narrador, vai emergindo a visão crítica e demolidora de Alexandre Herculano face às condutas da nobreza e do clero, sendo este último o principal responsável por uma cultura do medo, [...] da demonização de tudo o que não se coaduna com a visão da Igreja, visão marcada por um forte fundamentalismo religioso que remete para o plano de Satã todos os vestígios de relação do homem com o mundo pagão ou com o mundo árabe (SOARES, 2011, p. 20-21).

É fato que Herculano teve uma visão muito crítica acerca do clero e isso está representado em sua vasta produção<sup>8</sup>. O que ocorre, contudo, é que em “A

---

<sup>8</sup> Os romances históricos *Eurico, o presbítero* (1844) e *O Monge de Cistér* (1848) são exemplos importantes de como o autor deu importância à representação do clero em sua produção. Como já referimos, o autor também se envolveu em polêmicas com o clero português, por defender

Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogra* – Século XI”, ao contrário do que menciona Soares, o velho abade é referido como um ancião muito bondoso – sem ironias da voz narrativa –, mas, inclusive, com repetições vocabulares acerca da santidade do monge, que podem ser explicadas como um recurso para aproximar o discurso narrativo da oralidade ou mesmo uma reiteração enfática da qualidade do velho abade. Embora, desde os tempos remotos, as crenças sincretizadas entre o cristianismo e o paganismo eram condenadas pelo clero, segundo Mattoso (1983), “[...] ninguém deixava de as praticar” (p. 66) e as narrativas de Herculano constroem os mouros de maneiras muito distintas, de acordo com o contexto narrativo de cada uma delas<sup>9</sup>, sendo que na narrativa que nos propomos analisar, o abade

[...] deu-lhe [a D. Diogo Lopes] por penitência ir guerrear os perros sarracenos por tantos annos quanto vivera em peccado, matando tantos delles quantos dias nesses annos tinham corrido. Na conta não entravam as sextas-feiras, dia da paixão de Christo, em que seria irreverencia tosquiar a vil relé de agarenos, cousa neste mundo mui indecente e escusada (HERCULANO, 19-- , p. 20).

Recordemos, no entanto, que esta é uma narrativa relatada sob o ponto de vista cristão – inclusive pela elaboração da voz do narrador-jogra circunscrito em um período histórico – e, por isso, abundam os termos, por vezes pejorativos, para designar os muçulmanos sob o discurso dos cristãos:

---

que o Milagre de Ourique (1139), mito fundante da nacionalidade portuguesa, era um relato falso. Herculano dirigiu críticas missivas ao Cardeal-Patriarca de Lisboa (1850) e, no mesmo ano, ao Padre Francisco Recreio (1800-1857). Mesmo em opúsculos como “Os Egressos” (1842) e “As Freiras de Lorvão” (1853), nos quais o autor defendia um tratamento humanitário para com os religiosos que foram atingidos pelo decreto de Extinção das Ordens Regulares (1834), Herculano teceu duras críticas ao clero. (MENDES, 2017, p. 23-74). Não é uma temática unilateral, mas que também perpassa, sem medo de generalizações, toda a obra do escritor.

<sup>9</sup>“O Alcaide de Santarém (950-960)”, presente em *Lendas e Narrativas*, está circunscrita historicamente no período de dominação muçulmana na Península Ibérica. Nesse texto, encontraremos a predominância do olhar islâmico sobre os cristãos. Algo diferente acontece no romance *Eurico, o presbítero*, em que prevalece o ponto de vista cristão. Em ambos os casos, o autor soube apreender, para a verossimilhança dos textos, as ditas visões, sendo que para cada crença o diferente é que era referido como o “infiel”.

mouros, agarenos, sarracenos e até mesmo perros ou cães. Então, mesmo que possa parecer que “[...] por detrás da sua bonomia e afabilidade [do abade] emerge o discurso persecutório e opressor da Igreja, um discurso que dissemina uma cultura de culpa, do medo e da satanização de qualquer outro tipo de manifestação religiosa que não seja a cristã” (SOARES, 2011, p. 22), o discurso do abade se circunscreve em um tempo histórico, no qual a narrativa está inserida. A ponderação do monge de que o senhor de Biscaia estava excomungado “Dos pés até á cabeça; por dentro e por fóra” (HERCULANO, 19-- , p. 19), era também o discurso corrente no medievo, assim como a penitência de matar os muçulmanos. Não nos parece, nesse caso, tanto uma crítica, mas, muito mais um elemento de circunscrição temporal da narrativa. Vejamos que a voz narrativa deixa claro ainda que “O bom do abbade animou-o, como a uma creança; consolou-o, como a um malaventurado” (HERCULANO, 19--, p. 19), sem, portanto, condenar a D. Diogo. Revelou-se um bom clérigo, dentro da mundividência em que estava inserido, como, muitas vezes, figuram as personagens de Herculano em oposição aos religiosos que prevaricam.

Ainda sobre esse tema, podemos recorrer a outro trecho da narrativa, quando, após ser resgatado pelo onagro encantado, Pardalo, D. Diogo Lopes tem a visão do inferno e “[...] lá viu passar de relance um demonio com um desconforme espeto nas mãos em que levava um judeu empalado” (HERCULANO, 19--, p. 51). Será que poderíamos, devido a esse excerto da narrativa, acusar, então, Herculano de antijudaísmo? Levando em consideração que, de fato, os judeus sofreram grandes perseguições ao longo da História, inclusive na Península Ibérica, a acusação não seria tão anacrônica, mas estamos diante de uma narrativa que se quer “medieval” – e, conforme demonstramos, foi construída para representar um jogral oralizando um *rimance*. Herculano, como historiador oitocentista, denunciou os abusos cometidos pela Inquisição Católica contra os judeus na Península Ibérica e, em “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogral* – Século XI”, está mais uma vez

trabalhando com recursos para circunscrever a história em um período distante do contexto oitocentista: o excerto transcrito é proferido pela voz do próprio narrador-jogral, que é proposto como um homem da Idade Média dentro da economia da narrativa e, portanto, conta a história com os seus recursos e também com os preconceitos de seu tempo – o Demônio popularmente característico e conhecido, portando um espeto nas mãos, e o judeu, representando todos os que professavam tal crença, como um proscrito eterno. Também nessas tentativas de circunscrição histórica da narrativa é possível entrever certa denúncia contra os fundamentalismos religiosos.

Temos ainda na releitura de Herculano sobre a lenda do nobiliário medieval outro elemento que não consta no *Livro de Linhagens*: o exclusivo relato sobre as origens da Dama. O abade menciona que a história constava na última folha um velho santoral godo havia mais de um século e, novamente, ocorre a cessão da voz narrativa – agora para o abade – que conta, de acordo com o narrador, “[...] a historia da formosa dama das serras, de *verbo ad verbum*, como estava na folha branca do sanctoral, [...] segundo lembranças do abbade” (HERCULANO, 19-- , p. 20). Atentemos que a voz narrativa, novamente, anuncia que outra personagem passará a relatar e o fundamento da exposição é um documento manuscrito, tantas vezes utilizado como comprovação das narrativas históricas. Isto é, é um recurso literário que as acompanha e lhes dá o caráter de veracidade que se deseja. Sumarizado, assim podemos encontrar o relato:

Narra-se, assim, a lenda do Conde Argimiro, o Negro, e Astrigildo Alvo. Argimiro, que ficara dois anos em Toledo, lutando nas guerras do Rei Wamba, ao voltar pra [sic] casa descobre o adultério da condessa, sua esposa, assassinando-a, por este motivo, junto com o seu amante Astrigildo. / [...] A mulher morta em estado de adultério seria, assim, a própria Dama que, centenas de anos depois, D. Diogo viria a encontrar nas penhas. Seu amante, Astrigildo, transformado num ónagro, será também retratado posteriormente, na história referente à D. Diogo e seu filho (ALVES, 2014, p. 53-54).

Obviamente, o trecho de Alves, que transcrevemos, é uma síntese da complexa narrativa que se dá dentro dos relatos de “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogra*l – Século XI”. Ponderemos que a dita origem da Dama não está registrada num documento qualquer: foi redigida em um *santoral godo*, ou um *hagiológico*, livro que reúne as festas calendarizadas dos santos, incluindo os seus hinos próprios. Primeiramente, isso remonta a uma tradição muito mais antiga – inclusive que a do *Livro de Linhagens* –, já que, historicamente, o domínio visigótico da Península Ibérica entrou em colapso no século VIII, dada a penetração árabe no território. Em suma: os relatos do velho abade não eram de uma santa e nem sobre a santidade, mas se inscrevia numa tradição muito antiga, registrada num manuscrito dedicado às histórias dos santos: não entre eles, mas na última página, como se fosse um comunicando: mesmo não sendo um feito de santidade, é digna de registro entre os feitos sobrenaturais. Isso não chega a desconstruir totalmente as intenções do nobiliário em filiar o senhorio de Biscaia a uma linhagem transcendente em busca de uma legitimação. Todavia, fundamenta a lenda em povos muito anteriores à formação do reino português, dialogando com as suas origens.

#### 4 CONCLUSÃO

O que Alexandre Herculano realizou em “A Dama Pé-de-cabra – *Rimance de um Jogra*l – Século XI” vai muito além de uma simples transcrição dos manuscritos medievais do *Livro de Linhagens*, não visando apenas atualizar, para o português moderno, o que se escreveu em *romance*. Averiguamos como a lenda inserida no nobiliário também tinha as suas particulares funções. Herculano, no entanto, vivendo em um período bastante conturbado para Portugal, busca, em sua produção literária, a revisitação de momentos-chave da História pátria, a fim de divulgá-los por meio de suas (re)elaborações ficcionais

e estabelecendo relações (inter)textuais com os mais diversos documentos pretéritos.

Essa narrativa, apesar de sua gradação fantástica não muito comum às obras do autor, não é contraditória com as outras produções coligidas em *Lendas e Narrativas*, nem mesmo com as outras publicações de Herculano, de período oitocentista. A elaboração do autor retoma diversas tradições, como a da contagem oral de lendas, mas também revisita o que fora documentado em fólios medievais, apresentando críticas contemporâneas à sua publicação e apontando para a riqueza das tradições pátrias, mesmo que a sua preocupação não seja a de manutenção dos privilégios da nobreza, como era o do *Livro de Linhagens*.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Carvalho. “A Dama Pé-de-cabra”: entre o histórico e o fantástico. *Revista Desassossego*, 6 (11), p. 48-59. São Paulo: Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/79621>. Acessado em: 20/02/2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2011.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Para uma explicação de Portugal*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1976.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Lisboa: Bertrand, 19--.

HERCULANO, Alexandre. *Composições várias*. Lisboa: Bertrand, 19--.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: INCM, 1983.

MATTOSO, José (org.). *Potvgaliae Monvmenta Historica: A saecvlo octavo post Christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv academiae scientiarvm olisiponensis edita*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980.

MENDES, Eduardo Soczek. *Alexandre Herculano, entre o Presbítero e o Monge: o (anti)clericalismo e as personagens religiosas em Monasticon (Eurico, o presbítero e O Monge de Cistér)*. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49574/R%20-%20D%20-%20EDUARDO%20SOCZEK%20MENDES%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 19/03/2020.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1985.

SIQUEIRA, Ana Márcia Alves; DEZIDÉRIO, Felipe Hélio da Silva. A face negra de Alexandre Herculano: visões históricas do mal na construção do sobrenatural em “A Dama Pé-de-cabra”. *Revista Abril*, v. 4, n. 8, p. 67-84. Niterói: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistaabril/rt/printerFriendly/29723/0>. Acessado em 20/02/2020.

SOARES, Ana Maria. A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano. *Revista Limite*, n. 5, p. 7-30. Cáceres: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía de la Universidad de Extremadura, 2011. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%205/02soares.pdf>. Acessado em 19/03/2020.

Recebido em 21/03/2020.

Aceito em 29/05/2020.